

Resultados do Ano de 2019

Sumário Executivo

O Boletim de Estatísticas Fiscais do Governo Geral traz estatísticas das três esferas de governo – Governo Central, Estados e Municípios –, consolidadas no setor Governo Geral, apuradas pelo regime de competência. A publicação faz parte do esforço do Tesouro Nacional de convergência às melhores práticas internacionais de transparência fiscal e antecipa o cumprimento de recomendação do G-20 acerca da disseminação de dados fiscais.

Importante destacar que a partir de 2019 os dados utilizados para os governos estaduais foram extraídos da Matriz de Saldos Contábeis, que consiste em uma grande massa de dados extraída pelos entes da federação diretamente dos seus sistemas contábil-financeiros e encaminhados ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. Em casos específicos, foram realizadas consultas aos portais de transparência fiscal ou sítios das secretarias estaduais de fazenda para garantia da consistência das informações com as fontes de dados utilizadas.

Em 2019, o total da receita do Governo Geral apresentou crescimento real de 4,3% em relação ao ano anterior, crescendo, em porcentagem do PIB, de 41,3% para 42,4%. Esse incremento foi influenciado principalmente pelo crescimento real de R\$ 69,3 bilhões (15,0%) em outras receitas, R\$ 34,1 bilhões em impostos (1,9%) e R\$ 27,2 bilhões (3,4%) em contribuições sociais. As despesas tiveram aumento real de 1,1% alcançando 48,2% do PIB. Apesar de algumas despesas terem apresentado redução, estas foram mais que compensadas pelo crescimento real de R\$ 74,5 bilhões em benefícios sociais (5,8%), R\$ 58,5 bilhões em outras despesas (65,0%), e R\$ 22,7 bilhões em remuneração de empregados (2,4%).

A aquisição de ativos não financeiros (investimento) do Governo Geral registrou decréscimo real de 3,2% em 2019 em relação a 2018. Adicionalmente, houve aumento nas alienações de ativos não financeiros (91,6%) em virtude, principalmente, dos contratos de concessões de aeroportos e aumento do consumo de capital fixo (3,9%), tendo como consequência “investimento líquido em ativos não financeiros” negativo de 0,4% do PIB.

Como resultado desses fluxos a necessidade líquida de financiamento do Governo Geral registrou decréscimo real de 20,7%, passando de 7,0% do PIB para 5,5% do PIB, o menor valor desde 2013.

Os resultados das Estatísticas Fiscais Trimestrais não substituem outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como as estatísticas fiscais do Resultado do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, que observam aspectos metodológicos específicos.

Tabela 1. Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – Resultado acumulado no ano - 2018/2019

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Valores reais ¹ – R\$ Milhões		% do PIB	
	2018	2019	2018	2019
Transações que afetam o patrimônio líquido				
1. Receita	3.008.352	3.138.864	41,3%	42,4%
2. Despesa	3.533.656	3.571.431	48,5%	48,3%
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	112.949	117.399	1,5%	1,6%
Resultado Operacional Bruto – ROB (1-2+23)	-412.355	-315.169	-5,7%	-4,3%
Resultado Operacional Líquido – ROL (1-2)	-525.305	-432.567	-7,2%	-5,9%
Transações com ativos não financeiros				
31. Investimento líquido em ativos não financeiros	-17.188	-29.735	-0,2%	-0,4%
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento (1-2-31)	-508.117	-402.832	-7,0%	-5,5%
Itens de memorando:				
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	3.420.707	3.454.033	46,9%	46,7%
2. Aquisição bruta de ativos não financeiros	101.033	97.764	1,4%	1,3%
3. Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento primária	-58.127	-32.788	-0,8%	-0,5%

Fontes: STN, IBGE e BCB

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11

(1) Valores reais a preços de dezembro de 2019 – IPCA.

Tabela 2. Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – Resultado acumulado no ano - 2019

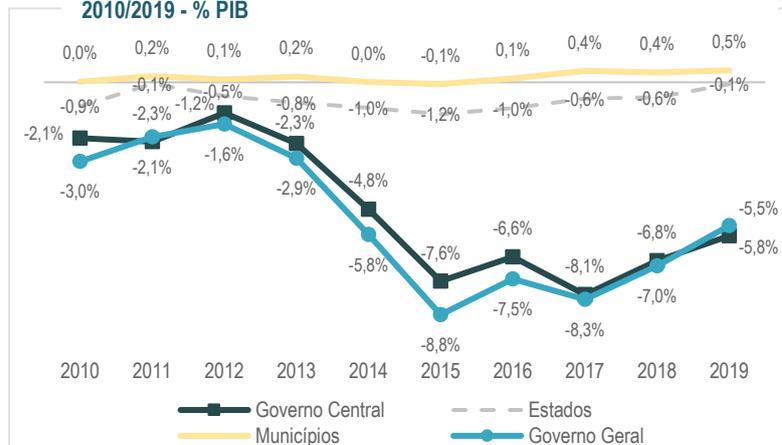
Demonstrativo de operações - Governo Geral	Valores correntes – R\$ Milhões							Governo Geral ²
	Orçamen- tário	Extraor- çamentá- rio	Coluna de conso- lidação	Governo Central con- solidado	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolida- ção	
Transações que afetam o patrimônio líquido								
1. Receita	1.996.012	130.218	n.d.	2.126.230	940.637	694.214	-684.461	3.076.620
2. Despesa	2.404.634	165.317	n.d.	2.569.951	959.313	656.664	-684.461	3.501.466
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	36.764	0	0	36.764	41.295	36.981	0	115.040
Resultado Operacional Bruto – ROB (1-2+23)	-371.857	-35.099	0	-406.956	22.620	74.532	0	-309.805
Resultado Operacional Líquido- ROL (1-2)	-408.621	-35.099	0	-443.721	-18.675	37.550	0	-424.845
Transações com ativos não financeiros								
31. Investimento líquido em ativos não financeiros	-20.127	0	0	-20.127	-13.444	4.660	0	-28.911
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento (1-2-31)	-388.494	-35.099	0	-423.593	-5.231	32.890	0	-395.934
Itens de memorando:								
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	2.367.869	165.317	0	2.533.187	918.018	619.682	-684.461	3.386.425
2. Investimento bruto em ativos não financeiros	25.397	0	0	25.397	28.351	42.298	0	96.046
3. Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento primária	-63.778	-35.890	0	-99.668	41.360	24.718	0	-33.590

Fontes: STN, IBGE e BCB

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11

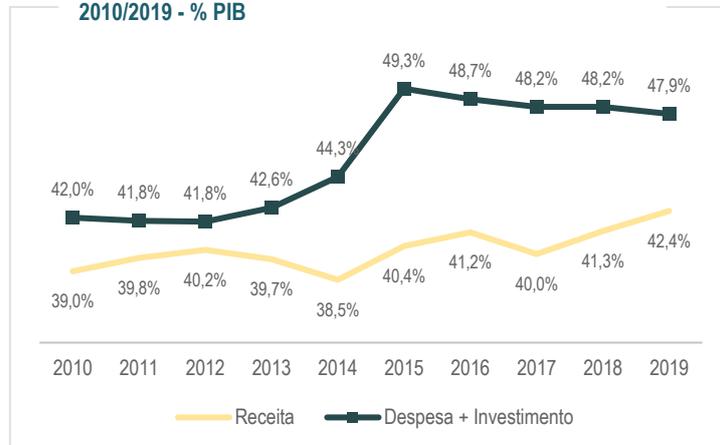
(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Necessidade líquida de financiamento por esfera de governo – 2010/2019 - % PIB



Fonte: STN, IBGE e BCB

Receitas, despesas e investimento do governo geral 2010/2019 - % PIB



Receitas do Governo Geral – Acumulado no Ano

Tabela 3. Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil – Resultado acumulado no ano - 2019

Receita	Valores correntes – R\$ Milhões							Governo Geral ²
	Governo Central ¹				Estados	Municípios	Coluna de consolidação	
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo central consolidado				
1. Receita	1.996.012	130.218	0	2.126.230	940.637	694.214	-684.461	3.076.620
11. Impostos	1.017.866	0	0	1.017.866	589.815	146.279	0	1.753.961
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	537.964	0	0	537.964	0	0	0	537.964
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	24.239	0	0	24.239	0	0	0	24.239
113. Impostos sobre a propriedade	1.682	0	0	1.682	56.221	61.689	0	119.593
114. Impostos sobre bens e serviços	410.610	0	0	410.610	533.576	84.589	0	1.028.776
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	43.371	0	0	43.371	0	0	0	43.371
116. Outros impostos	0	0	0	0	18	0	0	18
12. Contribuições sociais	551.885	128.710	0	680.594	58.828	62.051	0	801.473
13. Transferências / Doações	1.055	0	0	1.055	254.593	389.464	-645.109	3
14. Outras receitas	425.206	1.508	n.d.	426.715	37.401	96.421	-39.352	521.184

Fontes: STN, IBGE e BCB

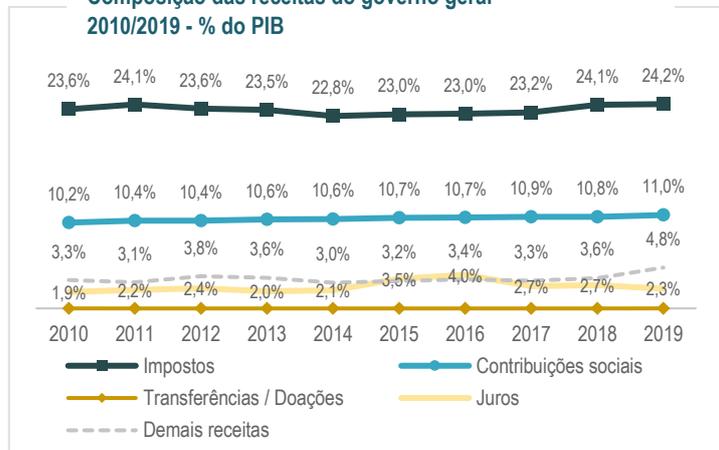
Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

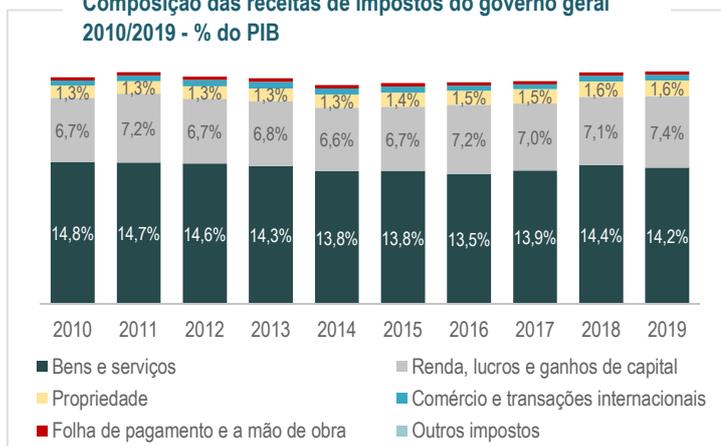
Evolução das receitas por esfera de governo 2010/2019 - % do PIB



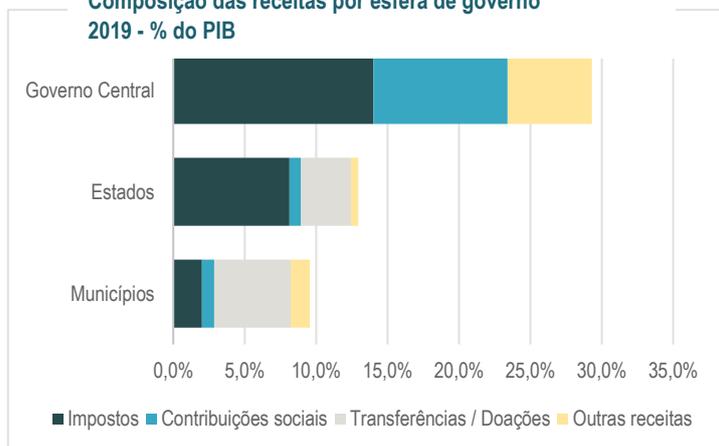
Composição das receitas do governo geral 2010/2019 - % do PIB



Composição das receitas de impostos do governo geral 2010/2019 - % do PIB



Composição das receitas por esfera de governo 2019 - % do PIB



Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesas do Governo Geral – Acumulado no Ano

Tabela 4. Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil - Resultado acumulado no ano – 2019

Valores correntes – R\$ Milhões

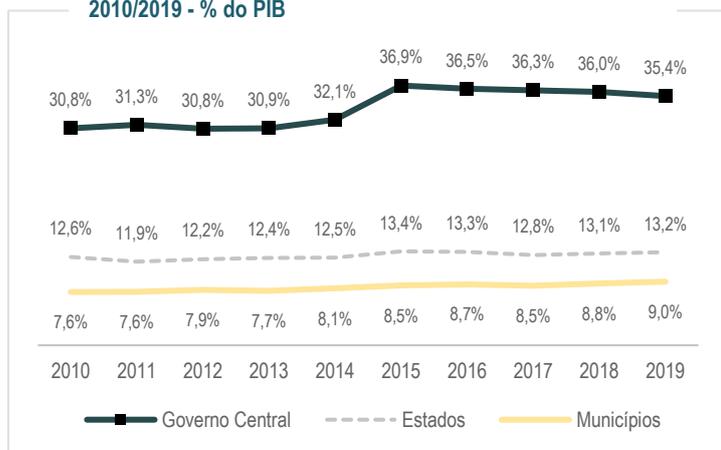
Despesa	Governo Central ¹			Governo central consolidado	Estados	Municípios	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação					
2. Despesa	2.404.634	165.317	0	2.569.951	959.313	656.664	-684.461	3.501.466
21. Remuneração de empregados	305.780	0	0	305.780	348.561	313.365	0	967.705
22. Uso de bens e serviços	56.972	82	0	57.054	120.269	205.401	0	382.724
23. Consumo de capital fixo	36.764	0	0	36.764	41.295	36.981	0	115.040
24. Juros	517.545	718	n.d.	518.263	49.108	4.859	-39.352	532.877
25. Subsídios	16.433	0	0	16.433	672	412	0	17.517
26. Transferências / Doações	484.125	0	0	484.125	163.102	1.057	-645.109	3.175
27. Benefícios sociais	922.129	164.518	0	1.086.646	195.612	54.222	0	1.336.480
28. Outras despesas	64.885	0	0	64.885	40.694	40.367	0	145.946

Fonte: STN, IBGE e BCB

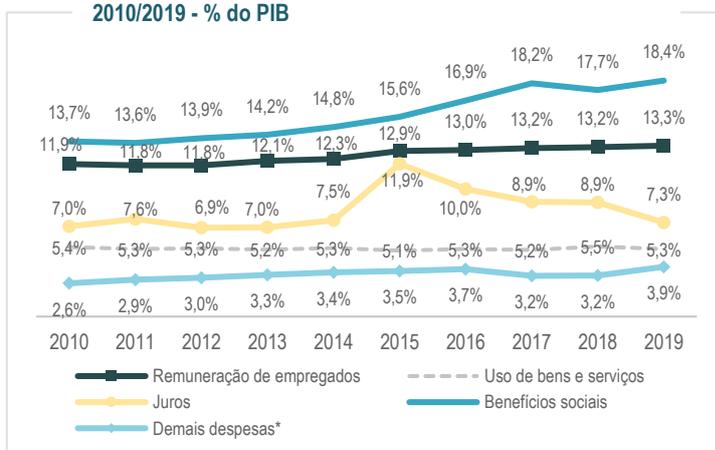
Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Evolução das despesas por esfera de governo 2010/2019 - % do PIB



Composição das despesas do governo geral 2010/2019 - % do PIB



(*) Inclui as despesas de subsídios, transferências, consumo de capital fixo e outras despesas.

Fonte: STN, IBGE e BCB

Investimento líquido do Governo Geral – Acumulado no Ano

Tabela 5. Demonstrativo de transações com ativos não financeiros do governo geral – Brasil – Resultado acumulado no ano - 2019

Valores correntes – R\$ Milhões

Transações em ativos não financeiros	Governo Central ¹				Estados	Municípios	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo central consolidado				
3. Investimento líquido em ativos não financeiros (31-32-33)	-20.127	0	0	-20.127	-13.444	4.660	0	-28.911
31. Aquisição de ativos não financeiros	25.397	0	0	25.397	28.351	42.298	0	96.046
311. Ativos fixos	24.373	0	0	24.373	28.299	n.d.	0	n.d.
312. Estoques	804	0	0	804	52	n.d.	0	n.d.
313. Objetos de valor	44	0	0	44	0	n.d.	0	n.d.
314. Ativos não produzidos	177	0	0	177	0	n.d.	0	n.d.
32. Alienação de ativos não financeiros	8.760	0	0	8.760	500	657	0	9.917
321. Ativos fixos	197	0	0	197	454	n.d.	0	n.d.
322. Estoques	431	0	0	431	0	n.d.	0	n.d.
323. Objetos de valor	0	0	0	0	0	n.d.	0	n.d.
324. Ativos não produzidos	8.132	0	0	8.132	46	n.d.	0	n.d.
33. Consumo de capital fixo (ativos fixos)	36.764	0	0	36.764	41.295	36.981	0	115.040

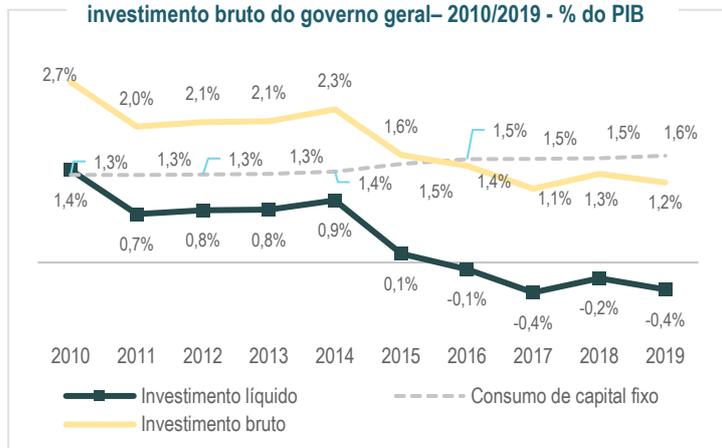
Fonte: STN e IBGE

n.d.: não disponível

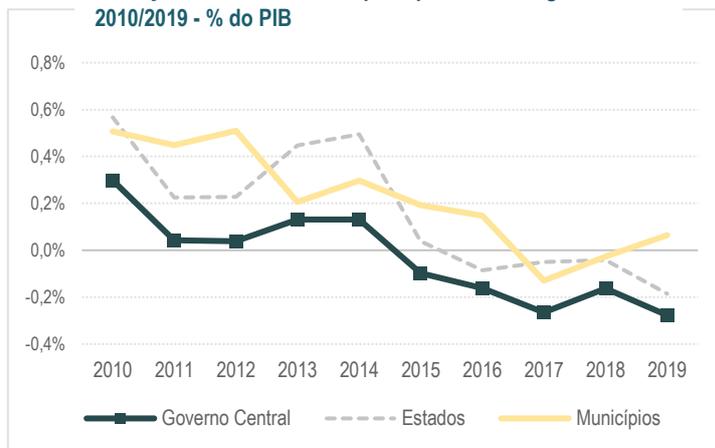
Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

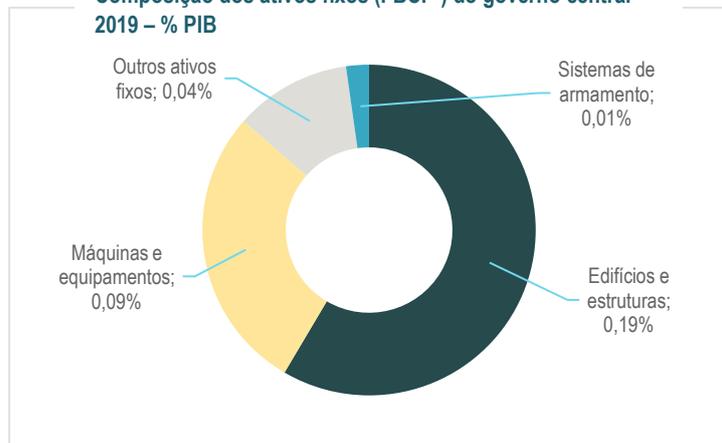
Evolução do investimento líquido, consumo de capital fixo e investimento bruto do governo geral – 2010/2019 - % do PIB



Evolução do investimento líquido por esfera de governo 2010/2019 - % do PIB



Composição dos ativos fixos (FBCF¹) do governo central – 2019 – % PIB



Fonte: STN e IBGE (1) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo.

Resultados do 4º Trimestre de 2019

Sumário Executivo

No 4º trimestre de 2019, o total da receita do Governo Geral apresentou crescimento nominal de 13,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de 42,9% do PIB para 46,1% do PIB. Esse incremento foi influenciado principalmente pelas outras receitas, que cresceram R\$ 68,1 bilhões (53,9%), em termos nominais, em virtude do recebimento de recursos relativos ao leilão da cessão onerosa, concessões de campos de petróleo e partilha do petróleo do pré-sal. As despesas tiveram acréscimo nominal de 13,9% alcançando 52,7% do PIB influenciado pelo crescimento de R\$ 60,3 bilhões em benefícios sociais (19,1%), R\$ 44,0 bilhões em outras despesas (189,5%), e R\$ 20,6 bilhões em remuneração de empregados (7,9%).

A aquisição de ativos não financeiros (investimento) do Governo Geral registrou crescimento nominal de 11,8% no 4º trimestre de 2019 em relação ao 4º trimestre de 2018. Esse incremento foi suficiente para compensar o consumo de capital fixo e as alienações de ativos não financeiros, tendo como consequência "investimento líquido em ativos não financeiros" positivo de 0,4% do PIB.

Como resultado desses fluxos, a necessidade líquida de financiamento do Governo Geral registrou acréscimo nominal de 15,5%, passando de 6,4% do PIB para 7,0% do PIB.

Tabela 6. Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – 4º Trimestre de 2019

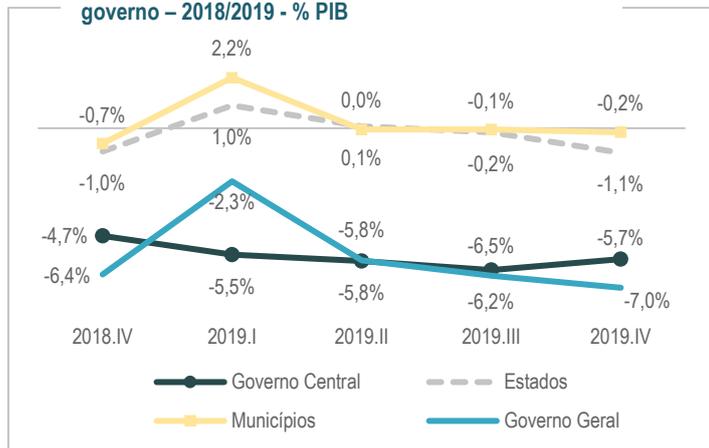
Demonstrativo de operações - Governo Geral	Valores correntes – R\$ Milhões							Governo Geral ²
	Orçamen- tário	Extra- çamentá- rio	Coluna de conso- lidação	Governo Central con- solidado	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolida- ção	
Transações que afetam o patrimônio líquido								
1. Receita	588.817	34.555	n.d.	623.372	258.667	192.480	-201.815	872.705
2. Despesa	672.418	60.022	n.d.	732.440	277.266	190.321	-201.815	998.213
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	9.335	0	0	9.335	10.485	9.390	0	29.209
Resultado Operacional Bruto – ROB (1-2+23)	-74.267	-25.467	0	-99.733	-8.114	11.548	0	-96.299
Resultado Operacional Líquido- ROL (1-2)	-83.601	-25.467	0	-109.068	-18.599	2.159	0	-125.508
Transações com ativos não financeiros								
31. Investimento líquido em ativos não financeiros	-433	0	0	-433	1.810	5.549	0	6.925
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de fi- nanciamento (1-2-31)	-83.168	-25.467	0	-108.635	-20.409	-3.390	0	-132.433
Itens de memorando:								
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	663.084	60.022	0	723.106	266.781	180.932	-201.815	969.004
2. Aquisição bruta de ativos não financeiros	8.902	0	0	8.902	12.295	14.938	0	36.134
3. Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financia- mento primária	-3.932	-25.916	0	-29.848	-9.040	-5.526	0	-44.414

Fontes: STN, IBGE e BCB

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Necessidade líquida de financiamento por esfera de governo – 2018/2019 - % PIB



Fonte: STN, IBGE e BCB

Receitas, despesas e investimento líquido do governo geral – 2018/2019 - % PIB

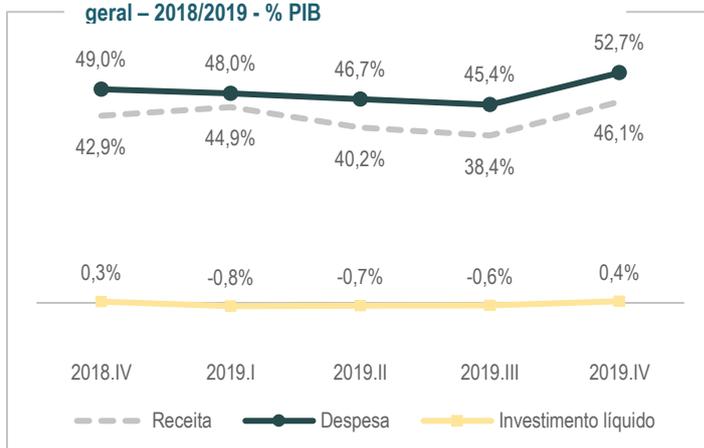


Tabela 7. Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – 2018/2019

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Valores correntes – R\$ Milhões			
	2018.IV	2019.IV	Diferença	Var. %
Transações que afetam o patrimônio líquido				
1. Receita	767.013	872.705	105.692	13,78%
2. Despesa	876.485	998.213	121.728	13,89%
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	27.444	29.209	1.765	6,43%
Resultado Operacional Bruto – ROB (1-2+23)	-82.028	-96.299	-14.271	17,40%
Resultado Operacional Líquido- ROL (1-2)	-109.472	-125.508	-16.036	14,65%
Transações com ativos não financeiros				
31. Investimento líquido em ativos não financeiros	5.203	6.925	1.722	33,11%
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento (1-2-31)	-114.675	-132.433	-17.759	15,49%
Itens de memorando:				
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	849.041	969.004	119.963	14,13%
2. Aquisição bruta de ativos não financeiros	32.647	36.134	3.487	10,68%
3. Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento primária	-38.329	-44.414	-6.085	15,88%

Fontes: STN, IBGE e BCB

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.

Receitas do Governo Geral

Tabela 8. Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil – 4º Trimestre de 2019 – R\$ Milhões

Receita	Valores correntes – R\$ Milhões							
	Governo Central ¹				Estados	Municípios	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo central consolidado				
1. Receita	588.817	34.555	0	623.372	258.667	192.480	-201.815	872.705
11. Impostos	263.710	0	0	263.710	151.385	35.017	0	450.112
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	140.964	0	0	140.964	0	0	0	140.964
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	6.780	0	0	6.780	0	0	0	6.780
113. Impostos sobre a propriedade	456	0	0	456	8.197	12.447	0	21.100
114. Impostos sobre bens e serviços	104.245	0	0	104.245	143.191	22.569	0	270.006
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	11.265	0	0	11.265	0	0	0	11.265
116. Outros impostos	0	0	0	0	-3	0	0	-3
12. Contribuições sociais	157.534	33.953	0	191.486	18.539	18.228	0	228.253
13. Transferências / Doações	249	0	0	249	76.099	115.736	-192.082	3
14. Outras receitas	167.325	603	n.d.	167.927	12.643	23.500	-9.733	194.337

Fontes: STN, IBGE e BCB

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.

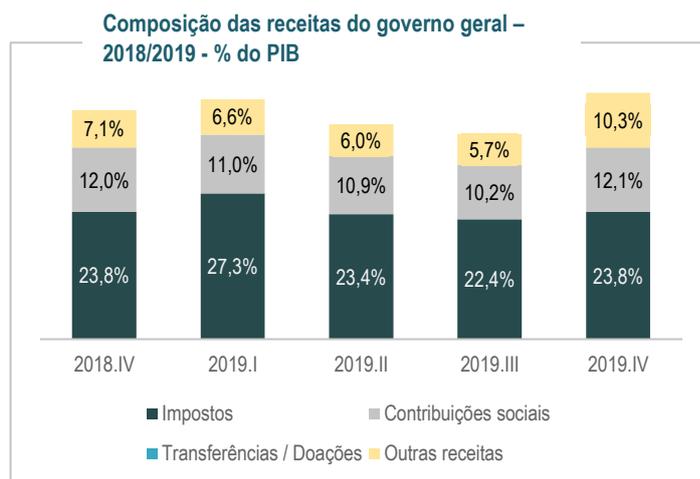
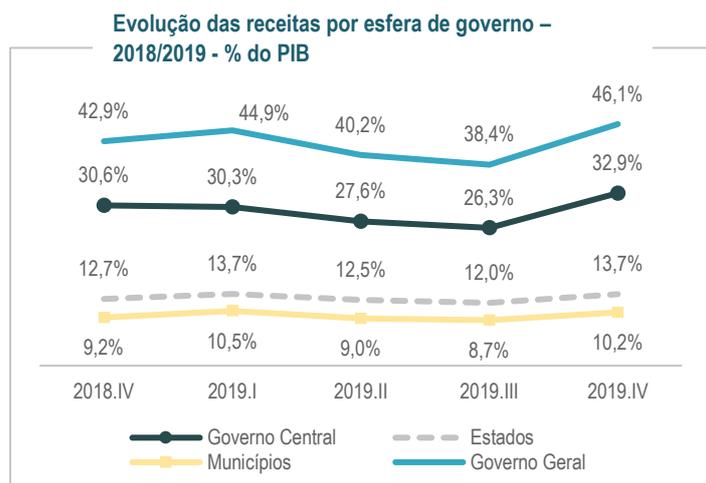
(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 9. Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil – 2018/2019

Receita	Valores correntes – R\$ Milhões			
	2018.IV	2019.IV	Diferença	Var. %
1. Receita	767.013	872.705	105.692	13,78%
11. Impostos	426.171	450.112	23.940	5,62%
12. Contribuições sociais	214.540	228.253	13.713	6,39%
13. Transferências / Doações	25	3	-22	-88,95%
14. Outras receitas	126.277	194.337	68.061	53,90%

Fontes: STN, IBGE e BCB

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.



Fontes: STN, IBGE e BCB

Despesas do Governo Geral

Tabela 10. Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil - 4º Trimestre de 2019

Despesa	Valores correntes – R\$ Milhões							
	Governo Central ¹				Estados	Municípios	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo central consolidado					
2. Despesa	672.418	60.022	0	732.440	277.266	190.321	-201.815	998.213
21. Remuneração de empregados	84.647	0	0	84.647	102.409	93.733	0	280.789
22. Uso de bens e serviços	17.247	33	0	17.281	39.271	58.191	0	114.743
23. Consumo de capital fixo	9.335	0	0	9.335	10.485	9.390	0	29.209
24. Juros	121.757	153	n.d.	121.910	11.859	1.206	-9.733	125.241
25. Subsídios	2.278	0	0	2.278	182	117	0	2.577
26. Transferências / Doações	150.922	0	0	150.922	42.843	307	-192.082	1.990
27. Benefícios sociais	243.297	59.836	0	303.133	57.176	16.175	0	376.484
28. Outras despesas	42.935	0	0	42.935	13.041	11.203	0	67.179

Fonte: STN, IBGE e BCB

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.

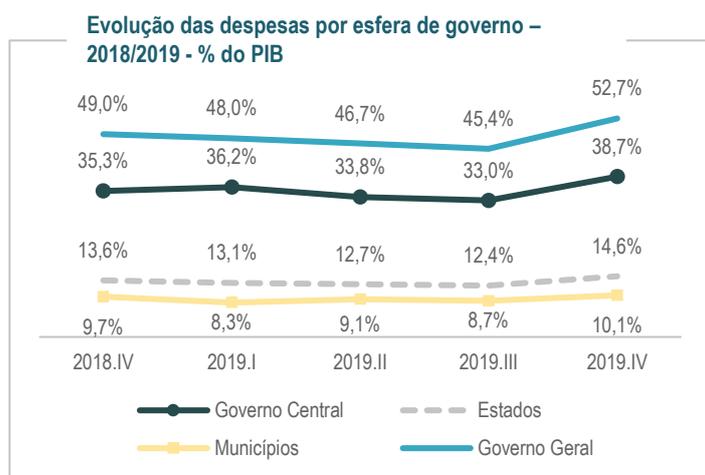
(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 11. Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil – 2018/2019

Despesa	Valores correntes – R\$ Milhões			
	2018.IV	2019.IV	Diferença	Var. %
2. Despesa	876.485	998.213	121.728	13,89%
21. Remuneração de empregados	260.177	280.789	20.613	7,92%
22. Uso de bens e serviços	106.519	114.743	8.224	7,72%
23. Consumo de capital fixo	27.444	29.209	1.765	6,43%
24. Juros	134.597	125.241	-9.356	-6,95%
25. Subsídios	6.942	2.577	-4.365	-62,88%
26. Transferências / Doações	1.383	1.990	607	43,90%
27. Benefícios sociais	316.214	376.484	60.270	19,06%
28. Outras despesas	23.209	67.179	43.970	189,45%

Fonte: STN, IBGE e BCB

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.



Fonte: STN, IBGE e BCB

Investimento líquido do Governo Geral

Tabela 12. Demonstrativo de transações com ativos não financeiros do governo geral – Brasil – 4º Trimestre de 2019

Transações em ativos não financeiros	Valores correntes – R\$ Milhões							
	Governo Central ¹				Estados	Municípios	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo central consolidado					
3. Investimento líquido em ativos não financeiros (31-32-33)	-433	0	0	-433	1.810	5.549	0	6.925
31. Aquisição de ativos não financeiros	10.134	0	0	10.134	12.406	15.188	0	37.728
311. Ativos fixos	9.633	0	0	9.633	12.393	n.d.	0	n.d.
312. Estoques	432	0	0	432	13	n.d.	0	n.d.
313. Objetos de valor	11	0	0	11	0	n.d.	0	n.d.
314. Ativos não produzidos	58	0	0	58	0	n.d.	0	n.d.
32. Alienação de ativos não financeiros	1.232	0	0	1.232	111	250	0	1.593
321. Ativos fixos	64	0	0	64	111	n.d.	0	n.d.
322. Estoques	196	0	0	196	0	n.d.	0	n.d.
323. Objetos de valor	0	0	0	0	0	n.d.	0	n.d.
324. Ativos não produzidos	972	0	0	972	0	n.d.	0	n.d.
33. Consumo de capital fixo (ativos fixos)	9.335	0	0	9.335	10.485	9.390	0	29.209

Fonte: STN e IBGE

n.d.: não disponível

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

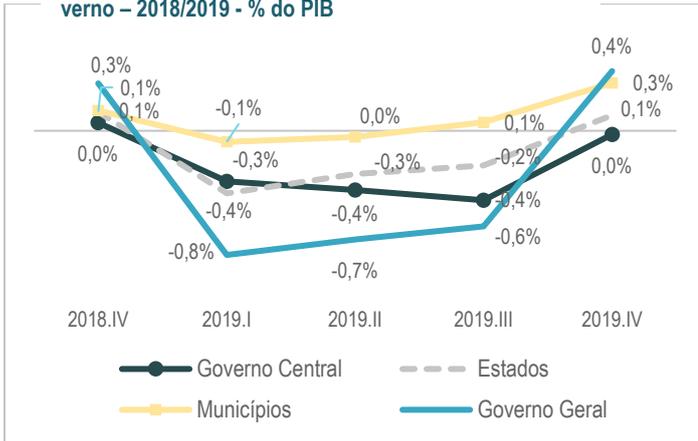
Tabela 13. Demonstrativo de transações com ativos não financeiros do governo geral – Brasil – 2018/2019

Transações em ativos não financeiros	Valores correntes – R\$ Milhões			
	2018.IV	2019.IV	Diferença	Var. %
3. Investimento líquido em ativos não financeiros	5.203	6.925	1.722	33,11%
31. Aquisição de ativos não financeiros	33.736	37.728	3.992	11,83%
32. Alienação de ativos não financeiros	1.089	1.593	504	46,31%
33. Consumo de capital fixo (ativos fixos)	27.444	29.209	1.765	6,43%

Fonte: STN e IBGE

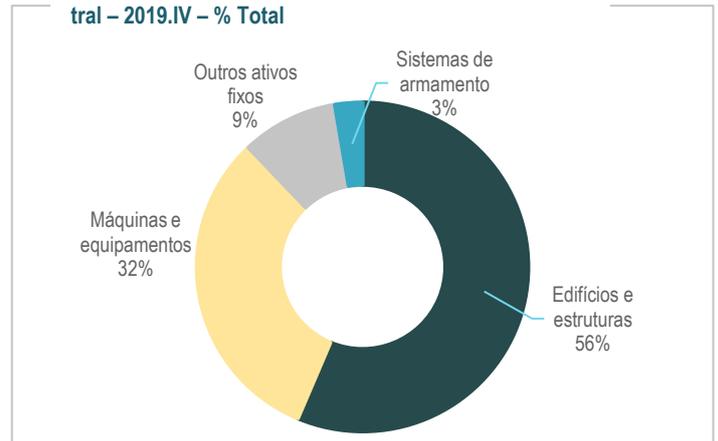
Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 11.

Evolução do investimento líquido por esfera de governo – 2018/2019 - % do PIB



Fonte: STN e IBGE

Composição dos ativos fixos (FBCF²) do governo central – 2019.IV – % Total



(2) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo.

Apresentação

Este relatório apresenta as estatísticas de finanças públicas do governo geral (governo central, estados e municípios) com periodicidade trimestral. As informações aqui apresentadas são compiladas e apresentadas de acordo com a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*). Todas as estatísticas são apresentadas na estrutura do Demonstrativo de Operações, que é um resumo das transações do governo apresentando detalhes das receitas, despesas e investimento líquido em ativos não financeiros.

EFP (Estatísticas de finanças públicas) é um conjunto de conceitos e princípios desenvolvidos pelo FMI com o objetivo de proporcionar um arcabouço conceitual que facilite a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do governo. As EFP são uma representação econômica da atividade financeira do governo.

As informações são compiladas no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre STN e IBGE e STN e IPEA, com o objetivo central de aperfeiçoar as estatísticas fiscais no Brasil no sentido da convergência com os conceitos e metodologias estabelecidas pelo GFSM 2014 do FMI. Neste caso, o objetivo principal é construir agregados econômicos harmonizados internacionalmente – permitindo a comparação entre países – e com o Sistema de Contas Nacionais – possibilitando uma análise mais precisa das relações entre as variáveis fiscais e as econômicas.

Em virtude de questões metodológicas abordadas ao final deste documento, as informações aqui apresentadas correspondem a uma estimativa das finanças do governo geral para o período em análise. Estes números serão revistos e substituídos ao longo dos próximos meses. Os dados definitivos serão apresentados na publicação anual “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”, com periodicidade anual.

1. Abrangência

Nesta publicação é considerado o setor institucional governo geral que compreende todas as unidades de governo (central, estadual e municipais) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades.

Governo central

O governo central é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras. Também são considerados dentro do governo central os dados do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fundo de natureza privada e gestão pública cujos recursos são aplicados nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana cuja principal fonte de receita é a arrecadação compulsória de contribuição a cargo dos empregadores; e o Fundo Remanescente do PIS/PASEP (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

Governos subnacionais (estados e municípios)

A abrangência dos governos subnacionais obedece a mesma composição estabelecida para o governo central. Merece destaque a questão de Fundos de Previdência Social que conforme critério definido para o subsetor governo central, também são agregados aos respectivos entes.

2. Fontes e metodologia

Bases de dados

A fonte primária para a obtenção dos dados do governo central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Foram incluídos como partes integrantes do governo central as contas do FGTS e do fundo remanescente do PIS/PASEP, cuja base de informação são os levantamentos especiais de demonstrativos contábeis do FGTS e do fundo PIS/PASEP.

Já as fontes primárias para obtenção de dados dos estados, dos municípios e do Distrito Federal a partir de 2014 são a base de contas anuais e os relatórios bimestrais do FINBRA, do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. A partir de 2019 os dados utilizados para os governos estaduais foram extraídos da Matriz de Saldos Contábeis, que consiste em uma grande massa de dados extraída pelos entes da federação diretamente dos seus sistemas contábil-financeiros e encaminhados ao Siconfi. Em casos específicos, foram

realizadas consultas aos portais de transparência fiscal ou sítios das secretarias estaduais de fazenda para garantia da consistência das informações com as fontes de dados utilizadas.

Importante destacar que essa base de dados não cobre a totalidade dos municípios do País, uma vez que nem todos os municípios apresentam suas contas ou muitas vezes as apresentam somente aos Tribunais de Contas subnacionais. Além disto, trata-se de uma base informativa e, portanto, sujeita a várias inconsistências como, por exemplo, o grande número de declarações nulas. Por estes motivos, foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes, tais como portais de transparência municipais.

A mesma lógica de ajuste acima descrita foi adotada na fonte primária dos dados de estados, apesar de nesse caso em especial não ter sido necessária a imputação dos dados faltantes, uma vez que a base primária dos Estados contempla todo o universo de interesse.

Para a construção da base de dados de estados e municípios com periodicidade trimestral foi realizado um acordo de cooperação com o IPEA para o desenvolvimento da metodologia adotada que tem como suas principais características o uso de técnicas estatísticas que: (i) estimam os valores de despesas e receitas da totalidade dos municípios; (ii) transformam os dados anuais em trimestrais; e (iii) estimam os trimestres recentes enquanto os dados anuais ainda não são publicados.

Um ajuste adicional realizado foi o acréscimo nas receitas de contribuições sociais dos valores líquidos de contribuições patronais para financiamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Esse procedimento se fez necessário devido à necessidade de se equilibrarem os valores entre as despesas com contribuições sociais dos empregadores do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS e as receitas de contribuições ao empregador.

Outra fonte complementar de informação são as informações de receitas e despesas de juros das três esferas de governo em análise. Como o Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela produção e disseminação de estatísticas sob a ótica de financiamento, os dados destas contas são fornecidos diretamente pelo Banco. Destaca-se, como exceção, a obtenção (via FINBRA) das receitas de juros dos municípios brasileiros para o período estudado nesta publicação, além dos dados de receitas e despesas de juros das fontes complementares do FGTS e do fundo PIS/PASEP.

Por fim, os valores de consumo de capital fixo do governo geral e as contribuições sociais imputadas para o governo central foram calculadas e fornecidas pelo IBGE e adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Base de registro

O fluxo de receitas de todas as esferas foi classificado pelo conceito de caixa, ainda que o GFSM 2014 determine a adoção de critério de competência. Do lado das despesas, foi considerado para todas as esferas o conceito de despesa liquidada, que representa o total empenhado e liquidado pelas unidades executoras dos respectivos entes. Cabe destacar ainda que às despesas liquidadas foram adicionados os pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores de modo a se criar uma *proxy* do regime de competência, uma vez que esse tipo de restos a pagar ao serem pagos foram, em algum momento, obrigatoriamente liquidados.

O GFSM 2014 também inclui o Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa no qual as estatísticas de fluxos devem ser apuradas no regime de caixa. Este demonstrativo tem como objetivo medir o impacto das operações de governo sobre a demanda agregada.

Consolidação

Consolidação é um método de apresentação das estatísticas fiscais que implica tratar um conjunto de unidades como se uma única unidade fosse. Todas as transações cruzadas devem ser eliminadas para efeito de consolidação em um nível maior de agregação, com destaque especial para as contas contábeis relativas a transferências e juros.

Apesar de esse ser o tratamento preconizado pelo GFSM, dificilmente os distintos setores registram corretamente todas as transações envolvendo as diferentes partes, o que obriga o compilador de estatísticas fiscais a adotar procedimentos específicos para tratamento dos dados. Uma das premissas adotadas no presente trabalho e que tem amparo em manuais metodológicos internacionais, foi considerar que os registros contábeis efetuados pelas esferas superiores são mais consistentes e confiáveis que os feitos pelas outras esferas. Nesse sentido, o registro feito pela União é mais fidedigno que os realizados pelos estados, os quais, por sua vez, realizam registros mais consistentes que os efetuados pelos municípios.

Cabe destacar que ao seguir essa regra, alguns registros realizados pelas esferas inferiores são desconsiderados e novos valores são imputados em seus lugares, o que resultaria em um impacto fiscal caso nenhum outro tratamento fosse realizado. Assim, uma outra premissa adotada para os dados de Estatísticas de Finanças Públicas foi a de que não deveria haver impacto no resultado fiscal quando da realização dos ajustes de

consolidação. Ou seja, partiu-se do pressuposto de que as esferas subnacionais realizam todos os seus registros contábeis, mesmo que de maneira não aderente às melhores práticas de contabilidade.

3. Indicadores GFS

Demonstrativo de Operações

Dois importantes resultados analíticos derivam do Demonstrativo de Operações do Governo. São eles:

a) Resultado Operacional Líquido: corresponde a receita menos despesa. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo e capta todos os custos correntes de operações governamentais. Deve-se notar que o resultado operacional líquido, tal como definido aqui, exclui ganhos e perdas resultantes de variações dos níveis de preço e outras variações do volume de ativos.

b) Resultado Operacional Bruto: difere do resultado operacional líquido por não incluir o consumo de capital fixo como despesa.

c) Capacidade / necessidade líquida de financiamento: corresponde ao resultado operacional líquido deduzido da aquisição líquida de ativos não financeiros. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo coloca recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores. Pode, portanto, ser visto como indicador do efeito financeiro da atividade governamental sobre o resto da economia. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de capacidade / necessidade líquida de financiamento primária.

Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa

O Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa evidencia a quantia total de caixa gerada ou absorvida por operações correntes; transações com ativos não financeiros; e transações envolvendo ativos e passivos financeiros distintos do próprio caixa. A variação líquida da posição de caixa do governo é a soma do caixa líquido recebido dessas três fontes. As informações a respeito das fontes e usos de caixa são importantes para se avaliar a liquidez do setor governo geral. O indicador fornecido por este demonstrativo é:

a) Superávit / Déficit de caixa: é um indicador que evidencia a necessidade de fluxo de caixa de um setor. Quando é superavitário reflete a disponibilidade de caixa que está disponível para o governo para aumentar seus ativos financeiros ou diminuir o seu passivo. Quando é deficitário, reflete a necessidade de caixa do governo. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de superávit / déficit de caixa primário.

Embora o Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa não esteja disponibilizado neste boletim, seus dados estão disponíveis a partir do portal do Tesouro Nacional, no seguinte endereço: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/596509/Demonstrativos+GG.xlsx/ddcd1396-6105-48f7-94c9-e1a56ec62ecd>

4. Revisões

As revisões serão realizadas a cada trimestre, conforme necessário, como resultado de atualização de base de dados, correções e tratamentos metodológicos.

Principais revisões/alterações metodológicas:

Em 2017 foi realizado ajuste metodológico em relação ao tratamento conferido ao Fundo Constitucional Distrito Federal - FCDF que, anteriormente, era incorporado nas despesas do governo central. Os valores das despesas do FCDF passaram a ser registradas no âmbito dos governos estaduais, com o correspondente registro de transferência do governo central.

Em 2018 foi incluído o tratamento para despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que passam a ser incorporadas como transferência de capital às famílias (despesa do governo central orçamentário), correspondente ao índice de inadimplência da carteira (superior a 360 dias) aplicado sobre o volume corrente de desembolsos dos financiamentos em contratos sem garantia do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) ou do Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), ambos fundos de natureza privada com patrimônio constituído.

Em 2019, visando o alinhamento às práticas internacionais de finanças públicas, se promoveu a alteração do registro do Imposto sobre a Renda e Proventos arrecadado pelos estados e municípios para o Governo Central. Esta alteração busca atender orientação expressa no GFSM 2014 §5.34, que indica que o imposto deve ser atribuído à unidade de governo que exerce a autoridade para impor o imposto e definir suas alíquotas.

Por se tratar de imposto de competência federal, conforme estabelece o inciso III do Art. 153 da Constituição Federal, o atendimento da recomendação indica o registro na esfera federal. Até o momento essa arrecadação era mantida nas esferas subnacionais, conforme os valores registrados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI.

Para adequar os lançamentos desta arrecadação foram realizados os seguintes ajustes: 1) na esfera federal os valores das arrecadações de estados e municípios foram lançados como receita de impostos sobre a renda e o mesmo valor como despesa de transferência intergovernamental; 2) nos estados e municípios os valores arrecadados foram reclassificados de impostos sobre a renda para receita transferências intergovernamentais. Esta alteração metodológica não gera impacto nos saldos das tabelas de finanças públicas.

5. Comparações com outras estatísticas fiscais

Os resultados aqui apresentados não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como, por exemplo, as estatísticas fiscais divulgadas no Resultado do Tesouro Nacional (RTN), que observam aspectos metodológicos específicos.

O RTN, publicado mensalmente desde 1995, foi estruturado com base no GFSM 1986. Este manual tinha como objetivo ajudar os países membros na compilação de informações estatísticas, facilitando a análise das operações dos governos e o impacto econômico de suas atividades. As estatísticas de finanças públicas aqui apresentadas são elaboradas de acordo com a metodologia definida GFSM 2014. Uma vez que se baseiam em edições diferentes do manual, existem diferenças conceituais entre as duas publicações.

Da mesma forma as estatísticas dos governos subnacionais apresentadas neste boletim não se confundem com as informações contidas no “Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais” que são produzidas no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), cujo principal objetivo é verificar o cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Ajuste estabelecidos como decorrência do processo de Renegociação das Dívidas dos estados. Assim, o objetivo principal desta base de dados é fornecer informações que permitam à STN avaliar a sustentabilidade da trajetória do endividamento dos estados.

6. Fontes externas e publicações relacionadas

Base de dados: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/estatisticas-de-financas-publicas>

Publicação “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/estatisticas-de-financas-publicas>

Manual de Estatísticas Fiscais: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/476865/PFI_Manual_Estatisticas_Fiscais/945c2ec4-a584-4823-9375-ffb22c070f78

Government Finance Statistics Manual 2014: <http://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>

7. Institucional

Mansueto Facundo de Almeida Jr.

Secretário do Tesouro Nacional

Pedro Jucá Maciel

Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal

Rafael Cavalcanti de Araújo

Coordenador Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais

Equipe Técnica

Artur Henrique da Silva Santos
Gabriel Gdalevici Junqueira
Karla de Lima Rocha
Luciana de Almeida Toldo

8. Contato

Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais – CESEF
Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br